





Vítor Bento, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB)

# «A situação dos bancos portugueses é atualmente muito saudável e resiliente»

No âmbito do cumprimento dos critérios ESG e na concessão de crédito, os bancos dispõem, muitas vezes, de informação insuficiente sobre a exposição de muitas empresas a riscos de diversa natureza, mas os contabilistas certificados podem desempenhar «um papel credenciador» dos reportes de sustentabilidade das PME. Para o presidente da associação que representa 28 entidades do sistema bancário, a fiscalidade é «uma adversidade séria», nomeadamente à constituição de grandes empresas.

Entrevista **Nuno Dias da Silva** | Fotos **Raquel Wise**

**Contabilista – A Associação Portuguesa de Bancos cumpriu 40 anos de existência a 17 de outubro do ano passado. Que balanço faz do impacto do setor bancário para o desenvolvimento económico e social do país nas últimas décadas?**  
**Vítor Bento** - O setor bancário, em qualquer economia, é fundamental para a eficiência da mesma. A intermediação que faz da poupança, entre aforradores e investidores, é um potenciador essencial para a dinamização do investimento e consequente criação de capacidade produtiva. E permite também às famílias gerir mais eficazmente o ciclo da sua vida económica, antecipando através do crédito bancário os rendimentos que esperam auferir no futuro para satisfazer as suas necessidades mais imediatas, nomeadamente o acesso à habitação para quem inicia uma nova família. Estimo, por exemplo, que perto de

2/3 das famílias portuguesas tenha tido acesso a habitação através do crédito bancário.

**O sistema bancário demonstrou um desempenho sólido no terceiro trimestre de 2024, com melhorias significativas na rentabilidade e manutenção de níveis adequados de solvabilidade e qualidade de ativos. Este indicador revela que o setor, após alguns sobressaltos, respira saúde?**

A vida, em todas as suas vertentes, é sempre contingente e sujeita a imprevistos. Feita essa salvaguarda teórica, pode afirmar-se que a situação dos bancos portugueses é atualmente muito saudável e resiliente, graças ao penoso ajustamento que desenvolveram ao longo dos últimos 10 a 15 anos.

**Contudo, o ano que terminou marcou o pico do ciclo para os**

**resultados da banca nacional, com o setor a alcançar valores recorde à boleia de um período de subida de juros pelo Banco Central Europeu (BCE) para controlar a inflação. Que estratégias vão usar os bancos para compensar a descida das taxas de juro?**


É verdade que os anos mais recentes foram favoráveis à rentabilidade dos bancos, que pela primeira vez, em muitos, muitos anos, conseguiram remunerar o capital neles investido acima do respetivo custo. Mas se olharmos para uma perspetiva temporal mais alargada, os resultados da banca foram, durante muitos anos, muito insuficientes para remunerar o custo do capital e, portanto, para atrair investimentos. Quanto a estratégias, essa é, por natureza, uma área de diferenciação entre instituições que concorrem entre si. Por conseguinte, cada banco irá procurar a estratégia que

## Perfil

Vítor Bento nasceu a 25 de junho de 1954, em Estremoz. Preside à Associação Portuguesa de Bancos desde maio de 2021, tendo renovado o mandato na entidade para o triénio 2024-2026. Economista e gestor, foi CEO do BES e do Novo Banco, da SIBS e da Unicre. Liderou a Direcção-Geral do Tesouro e a Agência de Gestão da Dívida (IGCP), foi diretor do Banco de Portugal, participou em órgãos da União Europeia, representando instituições oficiais portuguesas, e foi administrador executivo da Autoridade Monetária de Macau. Foi também membro do Conselho de Estado, entre 2009 e 2016. Para além de professor catedrático, desempenhou vários cargos executivos e não executivos em várias empresas.







**«A situação dos bancos portugueses é atualmente muito saudável e resiliente, graças ao penoso ajustamento que desenvolveram ao longo dos últimos 10 a 15 anos.»**



«Se usarmos o peso das comissões no ativo dos bancos, por exemplo, está muito próximo da média da zona euro.»»

mais convém aos seus objetivos, incluindo os de diferenciação.

**A crise financeira de 2009/2010 e a posterior desagregação do Banco Espírito Santo foram marcos que impactaram fortemente no sistema bancário. As instituições bancárias estão, hoje, fruto do reforço da supervisão, mais robustas e blindadas para resistir a um “sismo” de magnitude semelhante?**

Sim, sem dúvida e aqui reitero o que já disse: hoje a situação do setor bancário é muito mais saudável e resiliente.

**Têm surgido muitos alertas para o rebentar da chamada “bolha imobiliária”. Com o disparar do preço das casas, o aumento do crédito malparado é uma ameaça que paira sobre os bancos?**

Todo o crédito, por natureza, envolve risco e o risco é uma característica inerente à atividade bancária. Da mesma forma que os ciclos económicos se refletem, consoante

as fases, em maior ou menor risco para a atividade de intermediação financeira. No caso particular do crédito à habitação, o que a experiência histórica nos diz é que não tem sido uma fonte importante nas perdas dos bancos. Talvez porque a preservação da habitação é, para as famílias, uma prioridade central na organização das suas vidas.

**Como representante dos bancos que argumentos apresenta o setor para refutar as recorrentes críticas que se fazem contra o uso e abuso da política de comissões por parte das entidades do setor?**

Em primeiro lugar, não há nenhuma política de comissões. Cada banco gere a sua atividade de forma autónoma, em função das oportunidades do mercado, dos constrangimentos do meio envolvente e dos seus objetivos. Em segundo lugar, as comissões são uma receita com que os bancos procuram ressarcir os custos de disponibilizar serviços aos seus clientes, para além da

intermediação financeira. Todos os custos dos bancos, como os de qualquer outra atividade, têm de ser ressarcidos, para que a empresa seja rentável e consiga remunerar os seus fatores produtivos, nomeadamente trabalho e capital. Se a receita para pagar esses custos não provier dos serviços em que são incorridos, terão de vir de outros serviços, nomeadamente das taxas de juro, através de subsidiação cruzada. Não é necessariamente mais eficiente, do ponto de vista económico ou de justa alocação de recursos, por exemplo, que o mutuário do crédito à habitação tenha de pagar um *spread* mais elevado para que os utilizadores dos serviços de pagamento do banco acedam a esses serviços de forma gratuita. Em terceiro lugar, para podermos qualificar qualquer coisa de excessivo ou insuficiente temos de ter um padrão de comparação face ao qual se faz a aferição. Neste caso, se usarmos o peso das comissões no ativo dos bancos, por exemplo,

está muito próximo da média da zona euro.

**O adicional de solidariedade sobre o setor bancário, aplicado pela primeira vez em 2020 para ajudar a suportar os custos da pandemia de Covid-19 e que tem sido muito contestado pelo setor, vai manter-se neste ano. Apesar de o Tribunal Constitucional já ter tomado três decisões sobre o assunto, favoráveis aos bancos, vão continuar a pagar, a contragosto, esta contribuição especial?**

Cada um dos bancos decidirá por si o que fazer. Mas tudo indica, pela jurisprudência acumulada, que este imposto não é devido.

**Em entrevista concedida a esta revista, em 2020, o seu antecessor neste cargo, Faria de Oliveira, disse: «A banca, de uma forma geral, sempre foi mal-amada. Existe, historicamente, uma animosidade latente relativamente ao sistema bancário.» Partilha desta ideia?**

O sistema financeiro, em geral, e o bancário, em particular, sempre se confrontaram com adversidade cultural, que umas vezes é mais suave, outras é mais intensa. Há raízes antigas, de natureza religiosa, por exemplo, e mais modernas, de natureza ideológica, associadas ao anticapitalismo, para tal animosidade cultural. A associação do setor à última grande crise financeira internacional também agravou esta animosidade. No entanto, e paradoxalmente, no meio desta aparente adversidade geral e abstrata, os clientes concretos dos bancos concretos, quando inquiridos, mostram elevado grau de satisfação com o seu banco. Julgo que hoje, e apesar de tudo, o grau de adversidade geral está mais atenuado e

as pessoas acabam por reconhecer a importância fundamental que o setor tem para a economia e para a sociedade em geral. Como se viu recentemente, na pandemia, onde os bancos foram um importante amortecedor social da crise e, mesmo, aquando do mais recente surto inflacionário, os bancos também foram lesto em encontrar soluções que permitissem aliviar o impacto, reconhecido como transitório, da repentina subida das taxas de juro.

**«Uma das dificuldades com que os bancos se confrontam decorre da insuficiente informação sobre a exposição das próprias empresas, sobretudo PME, aos riscos em causa. Nesse sentido, os contabilistas certificados poderão, eventualmente, desempenhar um papel credenciador.»**

**O primeiro-ministro defendeu que o investimento será uma das grandes prioridades do seu governo em 2025. Que papel pode ter o sistema bancário para o apoio ao investimento público e financiamento de empreendimentos de natureza privada, nomeadamente, por via das PME?**

Os bancos estão sempre disponíveis para financiar investimentos financeiramente sustentáveis, pois conceder crédito sustentável é o core da sua atividade.

**O cumprimento dos critérios ESG é um tema na ordem do dia. Ao nível das empresas, a banca será**

**inflexível, por exemplo, na recusa de concessão de crédito para as empresas que não cumpram estes requisitos? Acredita que os contabilistas certificados, pela sua capilaridade e presença no tecido empresarial, podem desempenhar uma função central na certificação dos reportes de sustentabilidade?**

Os riscos climáticos refletem-se inevitavelmente no risco de crédito, porquanto se a sua materialização tornar as empresas incapazes de pagar as suas dívidas, o crédito pode tornar-se de difícil recuperação, ou mesmo irre recuperável. Por conseguinte, e independentemente da regulação específica, os bancos terão sempre de atender a esses riscos na sua avaliação de crédito. Em cima disso, os reguladores têm vindo a instituir obrigações adicionais, de um âmbito mais vasto, que também condiciona a forma como os bancos terão de olhar para os desafios relacionados com o tema ESG. Uma das dificuldades com que os bancos se confrontam decorre da insuficiente informação sobre a exposição das próprias empresas, sobretudo PME, aos riscos em causa. Nesse sentido, os contabilistas certificados poderão, eventualmente, desempenhar um papel credenciador.

**A digitalização, a par com a inteligência artificial, progride e a banca é dos setores que mais se tem adaptado a este novo paradigma. Contudo, em muitas regiões do interior do país, as populações queixam-se que a reestruturação bancária tem provocado a redução de serviços e a troca de atendimento presencial por balcões digitais. Não devia existir uma discriminação positiva para as populações fora dos grandes centros urbanos?**

As sociedades estão num processo





**O sistema financeiro, em geral, e o bancário, em particular, sempre se confrontaram com adversidade cultural, que umas vezes é mais suave, outras é mais intensa.»**

de grande transformação, instigada pela aceleração do progresso tecnológico e pela crescente urbanização da vida social. É natural que num processo desta natureza, sobretudo pela rapidez com que ele se desenvolve, haja segmentos sociais que têm mais dificuldade em acompanhar as transformações. No que diz respeito à atividade bancária, os bancos têm procurado compatibilizar a exigência de acompanhamento dos fatores da transformação sob pena de perderem competitividade e porem em risco a sua continuidade com a salvaguarda das necessidades dos clientes pertencente aos segmentos sociais mais adversamente afetados pela dita transformação. É um equilíbrio desafiante, mas que creio que, no essencial, tem sido conseguido.

**O contínuo encerramento de**

**balcões, a redução de pessoal, e a aposta sempre em crescendo na digitalização e inteligência artificial poderão tornar a banca irreconhecível dentro de uma década, relativamente ao que hoje conhecemos?**

Em consequência do processo de transformação que referi, as empresas em geral, e as bancárias em particular, vão ter de se adaptar às novas tecnologias. E o tempo requerido por essa adaptação, e pela necessidade de preservar a competitividade, vai ser cada vez mais encurtado pela velocidade do progresso tecnológico. Será, pois, natural que os processos usados nas várias atividades passem por mudanças muito rápidas.

**Dois terços dos ativos da banca portuguesa são controlados por investidores estrangeiros, a maioria**

**espanhola. Mesmo sabendo que o capital não tem fronteiras, este enquadramento não coloca em causa os chamados centros de decisão nacional?**

Para a APB, todas as instituições que exerçam atividade bancária em Portugal são seus potenciais associados e todos os associados são tratados em pé de igualdade, salvaguardadas as diferenças de dimensão, que se refletem, nomeadamente nas contribuições para o funcionamento da Associação.

**A APB desenvolve, com regularidade, iniciativas no âmbito da literacia financeira para jovens. De uma forma geral, o cliente bancário demonstra um défice de competências neste domínio, e até na forma de reagir a tentativas de fraudes bancárias que proliferam na internet,**

**de modo a tomar as melhores decisões?**

Um recente relatório da OCDE colocava a população portuguesa nos níveis mais baixos de literacia, quer ao nível da língua quer ao nível da matemática, nos adultos. O que inevitavelmente se traduz também numa baixa literacia financeira. Esta informação é também comprovável na prática de muito comentariado a que assistimos diariamente. E isto é um dado muito, muito preocupante e que refletirá muito provavelmente o nível do nosso ensino e da fraca imersão cultural de grande parte da sociedade. A APB tem procurado contribuir para melhorar a literacia financeira com programas destinados aos jovens e também à chamada terceira idade. Mas reconheço que é uma gota de água num oceano que só poderá ser cheio com a inclusão destas matérias na formação regular do ensino básico e secundário.

**Para finalizar, questões relacionadas com o Orçamento do Estado 2025 que entrou em vigor no primeiro dia do ano. Diminuir a dívida pública, controlar a despesa ou reduzir impostos têm sido, nos últimos anos, as principais linhas orientadoras dos governos. Perante o atual contexto, qual, na sua opinião, deve ser a prioridade?**

A prioridade que é do interesse geral do País deverá ser manter uma situação financeira duradouramente sustentável. O que significa ter uma dívida pública bem mais contida do que a atual e projeções orçamentais que contemplem, nomeadamente, as consequências financeiras do envelhecimento da população. Depois, as prioridades mais específicas de direcionamento das margens disponíveis dependem



das preferências políticas e essas dependem das escolhas democráticas que a sociedade vai fazendo através dos processos eleitorais.

**Atrair investimento das empresas estrangeiras e atrair e reter capital humano é um dos temas mais discutidos. O défice de competitividade do país deve-se, em grande medida, à fiscalidade em vigor ou, em simultâneo, identifica outros obstáculos que importa remover?**

A fiscalidade é, sem dúvida, uma adversidade séria, nomeadamente à constituição de grandes empresas - que são as que têm mais condições para ter produtividade mais elevada. Mas há muitos mais fatores que têm sido adversos a uma maior produtividade, desde os muito falados custos de contexto a um enquadramento cultural pouco amigo de critérios de eficiência e uma estrutura industrial demasiado concentrada em micro e pequenas empresas.☞